



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA: relação entre
o desequilíbrio emocional infantil e inclusão escolar**

LÚCIA APARECIDA GONÇALVES VILELA

ORIENTADORA: MARIA TEREZA BARROS VIANA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde – PGPDS

LÚCIA APARECIDA GONÇALVES VILELA

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA: relação entre
o desequilíbrio emocional infantil e a inclusão escolar**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Maria Tereza Barros Viana

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO**LÚCIA APARECIDA GONÇALVES VILELA****VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA: relação entre o desequilíbrio emocional infantil e a inclusão escolar**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ____/____/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

MARIA TEREZA BARROS VIANA
(Orientador)

RAQUEL SOARES DE SANTANA
(Examinador)

LÚCIA APARECIDA GONÇALVES VILELA
(Orientanda)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes que em algum momento da vida se sentiram incompreendidos com sensação de não pertencimento familiar nem social, vítimas da violência daqueles que deveriam proteger.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que ao longo da minha vida sempre esteve presente em todos os momentos, me proporcionando ter fé para alcançar meus sonhos e vivê-los de uma forma saudável.

Agradeço a todos os meus familiares e amigos que direta e indiretamente me incentivaram nos momentos de desânimo no decorrer deste trabalho.

Agradeço ao Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Coronel Fabriciano/MG, instituição onde trabalho, que indiretamente contribuiu para esta pesquisa. A participação nas reuniões de Fóruns de Saúde Mental com uma equipe multidisciplinar, principalmente com a participação de educadores que atuam junto a crianças e adolescentes com necessidades especiais, muito contribuiu na elaboração deste trabalho.

Um agradecimento especial a minha orientadora Maria Tereza que foi presente nas minhas dificuldades pedagógicas me motivando sempre e compreensiva nos momentos de dificuldades pessoais.

RESUMO

O estudo proposto tem como tema a abordagem sobre a violência doméstica contra criança e a relação entre os transtornos emocionais infantis e a inclusão escolar. O objetivo deste trabalho é enfatizar como os tipos mais comuns de violência doméstica contra crianças podem desencadear desequilíbrio emocional, trazendo consequências para o seu desenvolvimento, e como esses transtornos podem interferir na necessidade de inclusão escolar. A proteção da família é essencial para o desenvolvimento saudável da criança e quando isto não acontece a escola, por fazer parte dos primeiros vínculos sociais da criança, tende a assumir este papel protetor. É necessário que ela esteja preparada para receber esse aluno, bem como os professores estejam capacitados para tal. O trabalho também buscou compreender como os professores lidam no seu dia a dia no trato de crianças com desequilíbrio emocional provenientes da violência doméstica e de suas angústias e suas dúvidas com o objetivo de buscar alternativas que visem melhorar o processo de inclusão. Identificar o impacto do desequilíbrio emocional proveniente de violência doméstica e fazer a inclusão deste aluno na escola demanda um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto. Inicialmente, a pesquisa foi centrada na análise da compreensão dos tipos mais comuns de violência doméstica contra criança. Num segundo momento, argumentou-se sobre os impactos do desequilíbrio emocional provenientes da violência doméstica contra criança. E, por fim, abordou-se a importância do papel da escola no enfrentamento da violência doméstica contra criança. O presente estudo mostrou também a importância da articulação da escola com os profissionais da saúde e da área social buscando entender a criança, num todo, enquanto um ser biopsicossocial e, com isso, trazer uma melhor compreensão de alguns comportamentos não adaptativos dentro do ambiente escolar, ampliando os olhares para novas alternativas para a inclusão escolar.

Palavras-Chave: Violência doméstica, desequilíbrio emocional, desenvolvimento humano, educação, inclusão escolar.

SUMÁRIO

RESUMO

1. APRESENTAÇÃO

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1. A compreensão dos tipos mais comuns de violência doméstica contra crianças

2.1 O que é e quais as formas de violência doméstica contra criança

2.2 Consequências para o desenvolvimento contra criança

CAPÍTULO 2. Impacto do desequilíbrio emocional proveniente da violência doméstica contra criança

2.1 A desigualdade na violência doméstica contra criança

2.2 Consequências físicas e emocionais decorrentes da violência doméstica contra criança

CAPÍTULO 3. Importância do papel da escola no enfrentamento da violência doméstica contra criança

3.1 A escola como espaço de revelação da violência doméstica contra criança

3.2 Desafios da inclusão escolar de crianças vítimas da violência doméstica

3.OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

3.2 Objetivos específicos

4. METODOLOGIA

4.1 Fundamentação teórica da metodologia

4.2 Contexto da pesquisa

4.3 Participantes

4.4 Materiais

4.5 Instrumentos de construção de dados

4.6 Procedimento de construção de dados

4.7 Procedimento de análise de dados

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXOS

A – Carta de Apresentação – Escola (Modelo)

B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

C – Aceite Institucional

1. APRESENTAÇÃO

É notório que em todas as sociedades onde a pobreza e a desigualdade social estão mais presentes a violência encontra um espaço maior para se desenvolver, seja no ambiente social como no ambiente familiar.

Pode-se considerar a violência na infância como um grave problema, onde os direitos básicos da criança e do adolescente, como educação, saúde e segurança e cuidados, são muitas vezes violados. Para Azevedo e Guerra,

Violência doméstica contra crianças e adolescentes são atos e ou/ omissões praticadas por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente, que sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica implica de um lado uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p. 16).

Estudar os tipos mais comuns de violência doméstica, física, psicológica, sexual e negligência, e do impacto desta ação na vida da criança ou do adolescente é de suma importância para compreensão de certos comportamentos não adaptativos que interferem no desenvolvimento da criança e causa a necessidade de inclusão escolar.

Na maioria dos casos, a violência doméstica não é identificada, pois os agressores são pessoas conhecidas ou membros da família. Em virtude disso, não são denunciados por vários motivos, deixando a criança e o adolescente a mercê da violência por períodos longos, podendo assim gerar comprometimentos a nível emocional.

Muitas das vezes, só quando a criança entra para escola, com a convivência diária com os colegas e com os professores, é que alguns comportamentos não adaptativos e o baixo rendimento escolar são percebidos, o que chama a atenção dos professores e indica que algo não está bem com o aluno. Em geral, a escola é a primeira a identificar traços de fragilidade emocional da criança através da observação dos professores, e esses se angustiam diante do pouco recurso que tem para lidar com esta situação.

A experiência profissional atuando como psicóloga clínica e psicóloga na área social, no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Coronel Fabriciano MG, instigou minha vontade de conhecer mais sobre a violência doméstica, como ela deixa sequelas na vida da criança e pode ser geradora de transtornos de ordem emocional que comprometem o desenvolvimento infantil.

Compreender os impactos do desequilíbrio emocional pela ótica da violência doméstica nos faz entender o porquê de muitas crianças apresentarem comportamentos não adaptativos ao meio e baixo rendimento escolar. Essas crianças chegam a receber um diagnóstico, passam por um tratamento médico, mas não obtém uma resposta satisfatória. Muitas das vezes a criança é excluída e hostilizada pelos próprios colegas, devido ao seu comportamento inapropriado, e uma vez incompreendido, passa a se isolar e ser isolada por todos.

Assim, o primeiro capítulo do trabalho buscou demonstrar, por meio de pesquisa teórica, como a compreensão dos tipos mais comuns de violência doméstica contra crianças perpassa pelo conhecimento do que é e quais as formas de violência doméstica contra criança e as consequências para o desenvolvimento da criança. O segundo capítulo abordou os impactos do desequilíbrio emocional provenientes da violência doméstica contra criança, com ênfase na desigualdade na violência doméstica e as consequências físicas e emocionais na criança. Com base nas reflexões desenvolvidas no primeiro e segunda capítulos, na parte final da fundamentação teórica, destacou-se a importância do papel da escola no enfrentamento da violência doméstica contra criança, por meio da percepção da escola como espaço de revelação da violência doméstica e os desafios da inclusão escolar de crianças vítimas da violência doméstica.

Por fim, a título de conclusão, buscou-se resgatar os principais resultados da investigação acerca da violência doméstica contra crianças e a relação entre o desequilíbrio emocional infantil e a inclusão escolar, pois aprofundar os estudos em torno desse assunto, buscando entender um pouco mais sobre os efeitos da violência doméstica e seu impacto negativo na vida da criança, leva-nos a buscar alternativas de um processo de inclusão escolar que seja favorável a essa situação e, principalmente, o desenvolvimento saudável para a criança vítima da violência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1. A compreensão dos tipos mais comuns de violência doméstica contra crianças

1.1 O que é e quais as formas de violência doméstica contra criança,

A violência doméstica e familiar é aquela que acontece de maneira silenciosa e mascarada atingindo um grande número de pessoas. Normalmente acontece em casa ou em um espaço de convívio de pessoas conhecidas, com ou sem vínculo familiar, inclusive entre pessoas que convive esporadicamente. A violência não escolhe idade, sexo, nível social, cultural ou econômico e as vítimas podem ser homens, mulheres, idosos e principalmente crianças e adolescentes. Esse tipo de violência vem acompanhado de segredo e de negação, fazendo que muitos casos não cheguem a ser denunciados e nem notificados no sistema de saúde.

Conhecer o contexto, seja ele familiar, social e escolar em que a criança vive é importante para entendermos alguns de seus comportamentos.

A vida do sujeito é marcada por influências distintas decorrentes dos variados contextos de desenvolvimento dos quais participa e que o influenciam ao longo de sua vida. Entendemos contexto como o meio ambiente global em que o indivíduo está inserido e onde se desenrolam os processos desenvolvimentais. Entre eles, os que mais se destacam são a família, a escola, o trabalho, o lazer e, hoje, o recém-criado ciberespaço. Estudos sobre o desenvolvimento infantil envolvem o que Charles Super e Sarah Harkness chamaram como nicho desenvolvimental, definindo-o como o local da criança dentro da comunidade. Eles sugerem que a análise sobre o nicho leve em conta três elementos: o contexto físico e social; as práticas educacionais e culturalmente convencionadas de criação de filhos em uma sociedade específica e características psicológicas dos pais da criança”. (MACIEL; BARBATO, 2015, pag.43).

Os arts. 4º e 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõem que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão,

punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Os quatro tipos mais comuns de violência doméstica são a física, a negligência, psicológica e a sexual.

A agressão física é o tipo mais comum de violência doméstica. Atos como empurrões, tapas, socos, chutes e lesões provocadas por queimaduras e por objetos perfurantes, dentre outras agressões, estão presentes em ambientes domésticos. A violência física, que se caracteriza por qualquer ação agressiva cometida por um adulto ou pessoa mais velha do que o agredido e que tenha a intenção de ferir e de causar danos físicos e orgânicos com lesões leves ou graves e também podem ser geradoras de desequilíbrio emocional.

Por sua vez, a violência psicológica caracteriza-se, principalmente, por comportamento que implique ações de hostilidade verbal como insultos, ameaças, abandono, isolamento, participação das atividades familiares e sociais e desvalorização da pessoa. Este tipo de violência tem como consequências a baixa autoestima, obesidade, distúrbios do sono, dificuldades na fala, comportamento infantil, depressão, dificuldade de socialização, distúrbios de aprendizagem e fraco desempenho escolar.

Segundo Menegazzo (2011), a criança e o adolescente não são seres humanos incapazes e inferiores, mas sim, pessoas em fase de desenvolvimento psicológico. O sofrimento psíquico ocasionado pela violência psicológica pode acompanhar a vítima durante toda a sua vida, gerando profundos sentimentos de mágoa e insegurança, sensação de abandono e solidão. Em muitos casos, onde a violência psicológica é demasiadamente repetida, o resultado pode se transformar num grave transtorno de conduta antissocial.

O abuso sexual é o segundo tipo de violência mais comum contra crianças, está apenas atrás da negligência e do abandono. De acordo com o Ministério da Saúde, o abuso sexual consiste em:

Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicosexual mais adiantado que a criança ou adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para satisfação sexual. Apresenta-se sob forma de práticas eróticas sexuais impostas a criança e ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia. (BRASIL, 2002, p.13).

As consequências podem surgir a curto ou longo prazo e podem trazer danos irreparáveis, como medo, baixa autoestima, culpa, isolamento, como também lesões físicas como hematomas, lesões genitais, sangramentos, gestações, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outras. Implica na transgressão do poder em detrimento com o dever de proteção do adulto, levando, por outro lado, a coisificação da infância e interferindo no seu desenvolvimento. O abuso sexual infantil pode ser um fator de risco para o desequilíbrio emocional, como agressividade, condutas sexuais inadequadas, dificuldades nos relacionamentos interpessoais, ligação afetiva e amorosa, dificuldades escolares, distúrbios alimentares e também do sono, distúrbios afetivos, tristeza, vergonha choros e, dependendo da intensidade, distúrbios emocionais mais graves.

A banalidade com que determinadas famílias com o apoio da mídia tratam a sexualidade, não colocando limites para que determinadas crianças ou adolescentes estejam em contato direto com a erotização, que por sua vez, estimulam as crianças desde cedo a acharem como normais determinados comportamentos envolvendo a sexualidade, contribuem muito para que a criança não consiga perceber, em determinadas situações, a presença do abuso sexual.

A negligência é o tipo de violência mais frequentemente notificado e as consequências podem ser sentimento de insegurança, problemas de saúde, reações de medo, baixa autoestima, ausência de valores, falta de regras e limites. A negligência pode ocorrer sem que a família perceba, por exemplo, quando pais ou responsáveis na tentativa de dar o melhor para os filhos, desde alimentação, vestuários, educação e tecnologia, não poupam esforços e trabalham muito por várias horas por dia para obterem a condição financeira necessária para o sustento, não sobrando tempo para ficarem com os filhos. Muitas das vezes, a criança ou o adolescente passam muitas horas sozinho, ou disperso por várias atividades durante todo o dia para compensar a ausência da família e, quando chega a noite, ainda não recebem a atenção necessária dos pais, principalmente da mãe, que ainda desenvolve suas tarefas domésticas. Em consequência, podem desenvolver algum tipo de desequilíbrio emocional, pois a criança não sabe identificar e elaborar seus sentimentos e, por sua vez, quando não consegue expressar de forma verbal utiliza de comportamentos inadequados para expressar sua insatisfação.

1.2 Consequências para o desenvolvimento infantil

A criança vítima da violência doméstica convive com as agressões e com seu agressor diariamente, aquele que deveria ser seu protetor passa a ser aquele que a agride, a criança por não entender como funciona essa estrutura familiar, passa então a apresentar comportamentos agressivos, sentimentos de medo e demonstra estar sempre em alerta, pois nunca sabe quando será agredido novamente. Sentimentos de baixa autoestima e desconfiança também são observados em crianças vítimas, muitas delas utilizam a violência como mecanismo de defesa, pois se sentem desprotegidos.

A violência doméstica altera a estrutura familiar e compromete o desenvolvimento físico, cognitivo, social, psicológico e pedagógico de quem é vítima, influencia na autoestima da criança e adolescente, na sua maneira de pensar, de agir e isso fica registrado em seu caráter e personalidade que ainda está em construção.

Os efeitos da violência doméstica contra crianças e adolescentes, ao contrário do que pode parecer, podem não ser temporários e não cair no esquecimento com o passar do tempo. No decorrer do desenvolvimento infantil o efeito traumático da violência doméstica deve ser reconhecido como algo impactante e sério, que pode se desenvolver e transformar num desequilíbrio emocional de grandes proporções, trazendo riscos para um desenvolvimento saudável da criança agredida.

CAPÍTULO 2. Desequilíbrio emocional proveniente da violência doméstica contra crianças.

O desequilíbrio emocional apesar de não ser um termo exato, indica a existência de um conjunto de sintomas ou comportamentos clinicamente reconhecíveis.

As sequelas psicológicas da violência doméstica chegam a ser ainda mais graves que seus efeitos físicos. As crianças que convivem no ambiente intrafamiliar sujeitas à violência doméstica podem apresentar dificuldades nas relações interpessoais, deficiência na aprendizagem, mudanças bruscas de humor, agressividade, distúrbios afetivos, alimentares, condutas sexuais inadequadas. Podem também desenvolver distúrbios mais sérios desencadeando sintomas de Transtornos de Estresse Pós-Traumático (TEPT) e psicossomáticos.

A experiência de viver a violência, bem como presenciá-la, deixa a criança vulnerável colocando em risco sua integridade física e emocional. É comum encontrar vítima de

violência apresentando TEPT. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), publicado pela Associação Psiquiátrica Americana, que lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios para o diagnóstico, sistematizou três grandes grupos de sintomas como consequência da violência doméstica:

Dados divulgados pela Associação de Psiquiatria Americana (APA) caracteriza TEPT pelo surgimento de sintomas após a exposição a um evento traumático que cause medo intenso, impotência ou terror, envolvendo morte, ferimentos, agressões reais; ou ameaças à integridade física da pessoa ou de outros. O estressor é considerado como ameaçador à vida. Três grandes grupos de sintomas são apontados: (1) revivência do evento traumático (lembranças aflitivas, intrusivas e recorrentes do evento; sonhos com o evento, episódios de *flashback* em que a pessoa age ou sente como se o episódio estivesse ocorrendo novamente, entre outros sintomas); (2) esquiva persistente de estímulos associados ao evento (esforços para evitar pensamentos, sentimentos e conversas associadas ao evento; esforços no sentido de evitar locais, pessoas, ações e tudo que lembre o evento, sensação de afastamento em relação a outras pessoas; entre outros sintomas); e (3) excitabilidade aumentada (hipervigilância; dificuldade de manter o sono; surtos de raiva e irritabilidade; dificuldades de manter a concentração). Para caracterizar TEPT, os sintomas devem causar sofrimento e prejuízo significativo em áreas importantes da vida e estar ocorrendo há mais de um mês. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 1994).

Presenciar situações de violência podem desenvolver medos em uma criança e ela tende a demonstrar esses sintomas através de comportamentos inadequados. Podem também apresentar pesadelos, onde vive novamente os momentos de horror, deixando a criança com sentimentos pessimistas. Podem também desenvolver sintomas físicos em forma de doenças psicossomáticas.

2.1 A desigualdade na violência doméstica contra criança

Nem todas as crianças que são expostas ou que são vítimas da violência doméstica desenvolvem algum tipo de desequilíbrio emocional, elas podem reagir de diferentes maneiras diante de uma mesma situação e sua incidência varia em função da idade, situação socioeconômica, gênero, etnia e outros fatores.

Segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), a violência doméstica incide de forma desigual sobre crianças e adolescentes em função de sua idade, situação socioeconômica, gênero, etnia e outros fatores. O contexto socioeconômico e cultural pode influenciar o comportamento agressivo dos familiares e também as condições de exploração e abandono de que são vítimas, contribuindo para perpetuação da violência contra

crianças e adolescentes, num ciclo vicioso. Sabe-se também que crianças portadoras de deficiência física e mental são os alvos mais vulneráveis da violência doméstica, prevalecendo as do sexo feminino.

O baixo índice de denúncias está ligado ao fato de que a maioria dos casos de violência doméstica é praticada pelos próprios pais, por familiares ou pessoas próximas das crianças.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) determina a legalização e a reorganização do atendimento e proteção a infância e adolescência relevando os aspectos jurídicos, aspectos biopsicossociais, dos direitos fundamentais e torna obrigatória a denúncia de quaisquer atos de violência contra crianças e adolescentes.

Cabe assinalar que a situação de baixa notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes costuma estar associada a fatores internos da dinâmica familiar e pode ser agravada por fatores externos, de responsabilidade social.

A negligência familiar, na forma de abandono, pode ser encarada como necessário para manutenção das necessidades básicas da família e constitui-se num problema social e também de ordem afetiva, pois as crianças e adolescentes são deixados em casa sozinhos, às vezes cuidando dos irmãos mais novos, para que os pais possam sair para trabalhar, e, conseqüentemente, enfrentam sozinhas as exigências da vida. Imaturos para tal situação, tornam-se responsáveis por aquilo que ainda não estão preparados. Sem apoio e orientação, vão se tornando independentes para tomar decisões, criando suas próprias regras e limites. Dessa forma, valores importantes deixam de ser passados e pode haver um choque quando estas crianças começam a interagir fora do ambiente familiar.

As crianças também sofrem mais com a desigualdade, em se tratando da violência física, pois no desenvolvimento normal a criança passa pela fase de busca da sua autonomia, na qual apresenta comportamentos de curiosidade, adquire novas habilidades cognitivas e expressa suas próprias opiniões. Essas reações interferem na zona de conforto dos adultos que com ela convivem. A violência física então é utilizada como forma de contenção dessas atitudes consideradas inapropriadas e que ameaçam o poder da autoridade dos adultos.

No Brasil, o fenômeno da violência não é um fato novo, mas vem tomando lugar de destaque faz algum tempo. Esse fenômeno atinge de forma desigual, crianças, adolescentes e também, idosos, deficientes, mulheres e homens e tem preocupado estudiosos e autoridades competentes no sentido de mobilizar diferentes áreas do conhecimento e buscar parceiros e diferentes estratégias de prevenção e intervenção no enfrentamento deste problema.

2.2 Consequências físicas e emocionais decorrentes da violência doméstica contra criança

As crianças que presenciam ou que sofrem violência doméstica podem desenvolver um desequilíbrio emocional com tendências a apresentar mudanças de comportamento com danos psicológicos como quadro de fobia e ansiedade, e sintomas de depressão, hostilidade, culpa, baixa autoestima, rejeição, isolamento social, distúrbio do sono e de aprendizagem, podendo evoluir para quadros mais graves, como transtornos obsessivos compulsivos e transtornos pós-traumáticos. Os efeitos podem durar a vida toda e comprometem o desenvolvimento saudável do indivíduo. As vítimas também podem apresentar condutas agressivas e ter maior probabilidade de sofrerem abusos físicos, sexuais e emocionais.

Em muitos casos, só quando a criança entra para escola é que são identificados indícios de comportamentos não adaptativos ao meio e seus reflexos sobre o desempenho cognitivo.

Com base em Azevedo & Guerra (2005), existem alguns indicadores na criança e adolescente que mostram quando se deve desconfiar que algo esteja interferindo e impedindo um desenvolvimento saudável.

Nos casos da violência física, elas passam a desconfiar dos contatos com os adultos, estão sempre alerta esperando que algo de ruim aconteça, tem mudanças frequentes de humor, demonstram receio dos pais, sempre que podem ficam fora de casa por mais tempo que o necessário, demonstram comportamentos agressivos e destrutivos, podem apresentar timidez, passividade ou submissão e ainda dificuldades de aprendizagem.

Já nos casos de violência sexual, podem apresentar interesses mais frequentes sobre questões sexuais e expressar afeto por crianças e adultos de forma inapropriada para sua idade. Podem também desenvolver brincadeiras sexuais persistentes com amigos, animais ou brinquedos e masturba-se compulsivamente. Deixam transparecer medo de ficar só em algum lugar ou com alguma pessoa.

Outros comportamentos também podem ser observados em crianças vítimas de violência doméstica, como dores e problemas sem explicação médica, baixo desempenho escolar, dificuldades de relações com colegas e companheiros, fuga de casa, prática de pequenos furtos, depressão, tentativas de suicídio, mudanças de comportamento, anorexias e bulimias, pesadelos, comportamentos infantis e, em casos mais graves, hemorragia vaginal ou

retal, cólicas intestinais, dor ao urinar, secreção vaginal, gravidez precoce e comportamento agressivo, dentre outros.

No caso da violência doméstica, as vítimas acabam apresentando comportamentos que se confundem com traços de personalidade e é necessária uma observação mais cautelosa para detectar indícios que evidenciem um possível desequilíbrio emocional e que se intensifiquem mais diante de determinadas situações.

CAPÍTULO 3. Importância do papel da escola no enfrentamento da violência doméstica contra criança

A escola, além de ser um ambiente de aprendizagem formal, é também a primeira colocação social fora do núcleo familiar, pois é lá que a criança tem suas primeiras experiências de socialização fora da família. No ambiente escolar ela tem contato com muitas pessoas diferentes, começa a seguir regras e normas preestabelecidas, passa a viver em contato com outras crianças com suas individualidades e valores familiares.

É importante salientar aqui que a missão principal do professor não é exatamente dar aula, mas sim favorecer a formação e informação do aluno. Essa diferença é fundamental para que a escola reconquiste o seu lugar de um precioso contexto de desenvolvimento. A noção de que os professores devem desenvolver, em vez de simplesmente ensinar pode ser transformadora das práticas pedagógicas que se encontram no cotidiano escolar do momento. Aprender é constituir, significado e ensinar não é apenas dar aula. É fazer o outro entender. O problema é que nosso ensino ainda é calcado em dar aula, passar prova, obedecendo a lógica em que o professor ensina e o aluno aprende: uma dinâmica que não corresponde exatamente a realidade, já que a aula presencial ou virtual, constitui cada vez mais, espaço de debate que organiza, com ativa participação dos alunos, informações e valores veiculados nos vários sistemas, produzindo conhecimento, cultura e subjetividades. (MACIEL; BARBATO, 2015 pag.48).

O ideal é que a educação inclusiva também siga os mesmos moldes descritos acima por Maciel e Barbato, pois o professor deve fazer com que o aluno com necessidades especiais aprenda, respeitando sempre a suas potencialidades.

3.1 A escola como espaço de revelação da violência doméstica contra criança

Se a escola estiver dentro do ambiente sociocultural que a criança vive, a sua adaptação tem mais chance de ser satisfatória, pois ser culturalmente diferente pode dificultar o apoio dos colegas no ambiente escolar e para crianças, vítima de violência doméstica, esse tipo de apoio é muito importante, pois ela já tem seus direitos violados dentro do próprio ambiente familiar e tenta buscar fora dele o apoio que necessita.

O contato com outras crianças, professores e com as pessoas que circulam e fazem parte do ambiente escolar, faz com que a criança estabeleça novas relações, aprenda a seguir novas regras de convivência comunitária e, a criança vitimada, por estar em uma condição de vulnerabilidade, tende a desconfiar de tudo, fica apreensiva, ansiosa e as vezes usa comportamentos inadequados como mecanismo de defesa buscando adaptar-se ao meio.

O professor, por estar em contato diário com o aluno, acaba notando que, apesar de a turma ser heterogênea, alguns deles diferenciam-se mais dos outros por apresentarem mudanças constantes de comportamento, principalmente no trato das regras de convivência, e também por não conseguirem lidar bem com as frustrações do dia a dia.

No caso da violência doméstica, quando não detectada, essas mudanças constantes de comportamento, muitas das vezes são confundidas e rotuladas como sendo transtorno de ordem mental, e, assim, passam a ser conduzida como tal. A criança pode ser diagnosticada e medicada, mas o problema sempre vai persistir intrigando os professores, os profissionais que tratam a criança e com quem ela convive.

A violência doméstica, principalmente a negligência e a psicológica, são muito difíceis de serem identificadas e se confundem com uma desordem mental de grandes proporções, podendo trazer danos irreparáveis se não corrigida e tratada. Sem um acompanhamento especializado, essas crianças podem repetir as violências sofridas ao longo de suas vidas.

Os pais podem não perceber, não reconhecer ou mesmo não aceitar problemas emocionais em seus filhos. Tal atitude pode ocorrer devido a relação afetiva com a criança e, no caso da violência doméstica, mesmo quando os pais percebem que há algo estranho com o filho, não falam sobre o assunto, pois o agressor pode estar diretamente ligado à vítima, o que atrasa uma atenção especial ao problema.

Muitas das vezes os educadores são as primeiras pessoas a notarem os primeiros sintomas do problema, emocional ou psiquiátrico. Ao detectarem que tem algo errado no comportamento do aluno, recorrem aos pais para falar do assunto e buscam ajuda externa de outros profissionais.

Uma escola melhor preparada e que conta com uma equipe multidisciplinar de apoio pode trabalhar preventivamente, ajudando a detectar o problema precocemente e evitando sua evolução para casos mais graves, que além de interferir no desempenho escolar e nos relacionamentos interpessoais da criança, podem também deixar sequelas no desenvolvimento da criança que podem persistir até a vida adulta.

Alguns comportamentos dos alunos, como desatenção, distração e desinteresse pelas atividades propostas são identificados dentro da sala de aula. A frequência com que esses fatos acontecem, junto ao baixo rendimento escolar do aluno em relação à turma, podem ser indícios de que alguma coisa não vai bem com esse aluno.

Com o tempo de convívio, pode-se notar que esse aluno com comportamento diferenciado, apresenta baixa autoestima, não se valoriza, agride verbalmente colegas e professores, demonstra medo dos pais serem chamados na escola, começa a faltar às aulas, demonstra carência afetiva, recusa-se a falar da família, apresenta indisciplina, faz brincadeiras sempre tentando chamar a atenção tanto dos colegas como da professora e até de toda escola no geral, é arreadio e inquieto. Pode apresentar, também, dificuldades de lidar com a afetividade recusando abraços e toques, ter sinais de maus cuidados que podem ser evidenciados na higiene, no compromisso com os horários, no respeito às regras e na alimentação e também tenta ocultar marcas no corpo.

A consequência do desequilíbrio emocional interfere de forma negativa na vida do aluno, que pode preservar seu potencial cognitivo, mas não consegue desenvolvê-lo de forma adequada e, por isso, não tem um bom aproveitamento e desempenho escolar. A sua convivência com os colegas e com os professores, bem como no ambiente escolar, pode tornar-se muito instável, o que provocaria uma rejeição por parte dos amigos e dos professores. Assim, o apoio que a criança já não tem em casa também não encontra no ambiente escolar.

A insegurança e a perda da confiança em si mesma também podem ser observadas em crianças vitimadas. Nota-se uma dificuldade grande dessas crianças expressarem seus sentimentos e são instáveis emocionalmente. Quando são questionados ou quando são expressadas opiniões contrárias às suas, ficam irritados e às vezes até agressivos. Na tentativa de mostrar que suas ideias são as melhores e que devem prevalecer usam do autoritarismo e da violência, tanto verbal como física, para camuflar sua insegurança, sua fragilidade emocional e suas dificuldades pedagógicas.

Os eventos aflitivos do dia a dia são difíceis de serem identificados, tanto no meio social como no ambiente escolar. É necessário ter uma convivência diária para perceber que alguns comportamentos não são inerentes à personalidade da pessoa e necessitam de fatores externos para se desencadarem.

O processo de inclusão escolar tem caminhado, mas ainda falta muito a ser percorrido para que se chegue a uma inclusão satisfatória que englobe um número cada vez maior de necessidades especiais.

As escolas públicas mesmo com toda precariedade de recursos que apresenta, ainda assim possui um atendimento voltado para a inclusão. Algumas possuem mais recursos materiais e salas montadas com materiais disponíveis para atender certos tipos de deficiências, outras contam só com professores capacitados e, tem ainda escolas que contam apenas com recursos próprios e muita criatividade.

As escolas particulares, na sua maioria, contam com apoio externo, ficando a cargo da família, gerar os recursos materiais, humanos e financeiros para que o filho possa ter condições de ser incluído em uma classe de ensino regular. Vale ressaltar que alterações no espaço físico da escola, como rampas de acesso para deficiente físico, são encontradas com mais frequência, mas na maioria das vezes a escola lança mão de recursos externos e os custos destes serviços fica para família, nas mensalidades escolares.

A falta de padronização das escolas em torno desse processo é desfavorável para a viabilidade de uma inclusão satisfatória e que inclua um maior número de pessoas de que dela necessitam.

O professor deve ser um guia para o enfrentamento; alguém que, segundo Bruner (2001), ajuda o aluno a descobrir por conta própria. É enxergar as crianças como seres pensantes e que seu desenvolvimento pode ocorrer como decorrência das trocas intersubjetivas, professor-aluno; aluno-aluno.(MACIEL; BARBATO, 2015, p. 49).

Algumas cidades apresentam um trabalho conjunto na rede pública que engloba as áreas da educação, saúde e assistência social, como os fóruns de saúde mental, realizados no Município de Coronel Fabriciano/MG, onde são apresentados casos de possíveis transtornos emocionais detectados dentro do ambiente escolar. Por meio de uma ação conjunta de professores, representantes da educação inclusiva, psicólogos, assistentes sociais e médicos são discutidos casos referentes a determinados alunos que a escola está tendo dificuldades para conduzir, pois tanto os professores como o corpo técnico da escola não possuem suporte

técnico necessário, dentro da escola, para lidarem com a situação, então buscam uma articulação com a rede.

Esse trabalho é muito rico e traz informações importantes criando condições para que se possa compreender um problema apresentado dentro da escola, observando aspectos psíquicos, biológicos e sociais e isto faz uma diferença enorme na condução e na busca de soluções de determinados problemas.

A primeira ação da escola é entrar em contato com os pais ou responsáveis pelo aluno, informando que alguns comportamentos estão interferindo no processo de aprendizagem e ou adaptação ao ambiente escolar.

Em se tratando da violência doméstica, nem sempre se tem sucesso com a participação da família, pois uma vez que esta violência é praticada por pessoas próximas à criança, parentes ou pelos próprios pais, o motivo real que pode estar desencadeando o distúrbio fica camuflado.

Quando a maior parte da família é vítima desse tipo de violência há um comprometimento de seus membros com tendências a não denunciar o agressor, principalmente se é ele quem detém o poder econômico. O agressor acaba sendo poupado, em função deste lugar que ele ocupa, ficando a família a mercê da violência sem chances de reação.

A participação de outros profissionais capacitados que fazem parte da rede pública, ao apresentar um olhar diferenciado, pode buscar entender a dinâmica familiar desse aluno, as relações entre seus membros e com a comunidade onde moram, para trazer conteúdos importantíssimos para a compreensão do problema de sua origem e o porque ele se mantém na vida daquele aluno e interfere de forma negativa no processo de aprendizagem escolar.

A criança, na maioria das vezes, não consegue elaborar situações vividas e expressar de forma clara seus sentimentos, mas, ao mesmo tempo, não deixa de demonstrar, em ações, que algo não está bem. Dessa forma, usa de comportamentos inadequados como forma de liberação da tensão interna. Por sua vez, esses comportamentos causam grande desconforto nos relacionamentos sociais e, no caso da criança vítima da violência doméstica, é fora de casa, em especial, no ambiente escolar, que este problema se torna mais visível e ela passa a ser isolada pelos colegas e até rotulada como a criança de difícil contato e, incompreendida, passa mais uma vez por outro tipo de violência.

A convivência da criança no ambiente escolar com os colegas, professores e outros adultos leva o aluno a conhecer novas regras e normas a serem seguidas e a passar por

avaliações do seu desempenho escolar, o que acaba deixando mais visíveis os comportamentos não adaptativos de determinadas crianças e chamam a atenção, demonstrando que algo não está bem estruturado na vida daquela criança.

O desequilíbrio emocional proveniente de violência doméstica pode demorar a ser identificado, levando a diagnósticos errados. Na escola, podem ser responsáveis pelo baixo rendimento escolar, que chega a ser interpretado e tratado como dificuldades cognitivas, e a dificuldade de adaptação ao meio social confundido como uma patologia ou como adoecimento mental.

A criança vítima da violência doméstica, pode buscar na escola, além do saber, a proteção que não tem em casa. Entretanto, também pode se deparar com um ambiente escolar despreparado para recebê-la e, novamente, ela se torna vítima, pois seus comportamentos não adaptativos levam a uma exclusão.

Uma escola melhor capacitada pode identificar com mais facilidade tais situações se tiver uma equipe multidisciplinar das áreas da saúde e social à disposição da educação, o trabalho conjunto pode favorecer o desenvolvimento do aluno vítima da violência doméstica.

Quando o desequilíbrio emocional proveniente da violência doméstica é identificado pela escola, ficam as dúvidas, a quem recorrer e que recursos pedagógicos podem ser usados nesses casos, que viabilizem um aprendizado e um desenvolvimento saudável para o aluno que é vítima da violência doméstica.

3.2 Desafios da inclusão escolar de crianças vítimas da violência doméstica

Em 1960, os movimentos sociais buscaram sensibilizar a sociedade a respeito dos indivíduos das classes minoritárias. A base da integração escolar também surgiu desse movimento, que idealizava que toda criança deficiente deveria ter as mesmas oportunidades que eram acessíveis às demais crianças.

Na década de 70, já havia uma preocupação com as crianças e jovens, portadoras de necessidades especiais, que eram impedidos de acessar a escola comum e mesmo as que conseguiam entrar, não tinham um bom desempenho. Acreditava-se que teriam mais sucesso se estudassem em ambientes separados.

A ideia da integração não foi suficiente para que o desempenho dos alunos com necessidades especiais fosse favorável, então, esse movimento foi perdendo forças. Viu-se a

necessidade de aproximar mais a escola de ensino especial à escola de ensino regular dando origem a inclusão escolar.

O Brasil possui várias normas que dão amparo legal ao referido movimento, como: o art. 4º, inciso III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), que determina o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades educativas especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino; o art. 208 da Constituição Federal de 1988, que inovou ao dispor sobre “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”; e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), que dispõe no seu art. 54, inciso III que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência seja preferencialmente ofertado na rede regular de ensino.

Pode-se notar que o processo de inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais ainda é um desafio e muito ainda há de ser estruturado para que ele ocorra de forma satisfatória.

Quando se fala de inclusão de crianças que apresentam desequilíbrio emocional que podem ser provenientes da violência doméstica, temos a noção de quanto este problema é amplo e que vai muito além de técnicas e adaptações pedagógicas para o aprendizado.

As campanhas educativas sobre violência doméstica contra crianças esclarecem como essa prática interfere no desenvolvimento da criança, bem como no seu desempenho escolar. Dependendo do tipo de violência sofrida pela criança e de sua gravidade, a escola tem o dever de fazer, principalmente, se o caso de violência foi identificado pela escola, a notificação da violência aos órgãos competentes para as devidas providências. Esta é uma tarefa difícil, pois às vezes a própria família protege o agressor. As escolas seguem as leis que dão amparo ao movimento da educação inclusiva, mas ainda não estão totalmente preparadas para receber a diversidade das diferenças.

Em se tratando de violência doméstica e das possíveis desordens emocionais decorrentes dela, faz-se necessária a capacitação dos profissionais da educação, pois saber identificar casos e encaminhá-los corretamente é uma forma de evitar que essas desordens emocionais se evoluam para transtornos emocionais graves, trazendo consequências mais sérias para a criança vítima, como também serve para impulsionar a busca de novas formas e métodos mais adequados para lidar com o problema no ambiente escolar.

Compreender como os professores que estão diariamente em contato com o aluno lidam com essas questões, saber de suas angústias em torno deste tema e como esse tipo de

problemática se desencadeia em sala de aula e no ambiente escolar, abre um espaço para reflexões acerca de um modelo pedagógico mais adequado no trato de crianças com desequilíbrio emocional provenientes da violência doméstica.

Diante desse contexto, há necessidade da participação de outros atores, principalmente de uma equipe multidisciplinar nas escolas ou direcionada à educação, para um bom processo de inclusão. No caso de alunos vítimas de violência é importante que eles encontrem na escola um pouco mais de compreensão, apoio e proteção e que ela possa trabalhar de forma preventiva preconizando o desenvolvimento pessoal do aluno e dando oportunidade para que ele se sinta incluído da forma mais adequada às suas necessidades.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

- Analisar os tipos mais comuns de violência doméstica contra criança, o desequilíbrio emocional e as consequências para o desenvolvimento infantil que resultam na necessidade de inclusão escolar.

3.2. Objetivos específicos

- Identificar os tipos mais comuns de violência doméstica contra criança e as consequências para o desenvolvimento infantil.
- Caracterização do desequilíbrio emocional que pode desenvolver em crianças vítimas da violência doméstica.
- Discutir a importância do papel da escola no enfrentamento da violência doméstica contra crianças.

4. METODOLOGIA

4.1. Fundamentação teórica da metodologia

Utilizou-se para elaboração desta monografia um levantamento bibliográfico sobre violência doméstica, desequilíbrio emocional e inclusão escolar, bem como entrevistas semiestruturadas com professores e diretor de uma escola estadual.

Também foi importante para escolha do tema e desenvolvimento da pesquisa a experiência de trabalho no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no serviço de convivência com crianças com fragilidade de vínculos familiares, dificuldades escolares e de adaptação social.

No desenvolvimento das atividades do CRAS os psicólogos e assistentes sociais, que são técnicos do serviço de convivência, tem oportunidade de participar dos fóruns de saúde mental, que acontece uma vez por mês, junto a professores, representantes da educação inclusiva e da saúde. Esses casos, trabalhados nesses Fóruns, possibilitam a visibilidade em que a violência doméstica sempre apareceu, principalmente as negligências. A partir dessa experiência, surgiu o interesse em saber mais sobre como a violência doméstica afeta o desenvolvimento saudável das crianças, bem como tem reflexos negativos no seu desempenho escolar. Saber como as escolas, principalmente os professores, que tem contato direto com o aluno, vêm a necessidade de inclusão escolar de crianças vítimas, como eles lidam com esta problemática no seu dia a dia e que recursos estão sendo disponibilizados, tanto os pedagógicos como os humanos, na busca de alternativas para lidarem no trato destes alunos.

4.2. Contexto da pesquisa

As entrevistas foram realizadas em uma escola da rede estadual de ensino, que não possui sala de recursos multifuncionais. Todo processo de inclusão é feito dentro da sala de aula, junto a todos os alunos, e conta com um professor de apoio que acompanha os alunos com necessidades especiais. Este acompanhamento também é feito dentro e fora da sala de aula, durante o horário escolar.

Foi feita uma reunião, primeiramente com a participação de alguns professores e com o diretor da escola para fazer a apresentação do trabalho, bem como entregar a carta de apresentação, o termo de aceite institucional e o termo de consentimento livre e esclarecido.

Os professores mostraram-se interessados em participar das entrevistas. O diretor da escola aceitou participar do trabalho, mas inicialmente não quis assinar o termo de aceite, por entender que havia erros de português e também não conhecia a Resolução nº 196, o que foi explicado numa outra reunião.

Após os ajustes, tivemos uma conversa informal sobre o tema da pesquisa e o Diretor relatou o quanto este tema lhe interessava. Falou um pouco sobre a falta de recursos e até mesmo da falta de suporte técnico que a educação tem no trato pedagógico de crianças que são vítimas de violência e apresentam algum tipo de desequilíbrio emocional.

O tempo disponível que os professores tiveram para entrevista também foi um agravante para que a pesquisa ficasse mais rica em conteúdo, mas, mesmo assim, trouxe uma boa contribuição para o desenvolvimento deste trabalho.

4.3. Participantes

A entrevista contou com a participação de 3 (três) professores da rede pública estadual de ensino, sendo que todos fizeram cursos de capacitação para trabalhar com educação inclusiva, sendo que uma das professoras também está fazendo este curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB.

Os participantes demonstraram que trabalham com educação inclusiva porque gostam e acreditam no que fazem. Mas também colocaram que falta muito para que o processo de inclusão seja satisfatório e abranja a diversidade de necessidades especiais na escola.

O tema desta monografia rendeu questionamentos e muitas dúvidas de como lidar com esta problemática no ambiente escolar. Não se tem nada muito padronizado no trato destes alunos, utilizam muito da criatividade individual e do bom senso quando identificam algum caso de desequilíbrio emocional.

As três professoras entrevistadas relataram sobre a falta de preparo para trabalhar com educação inclusiva. Relataram, também, que no papel tudo é muito lindo, mas a realidade é bem diferente, pois faltam recursos materiais e recursos humanos, principalmente, de profissionais como psicólogo e assistente social. Elas se dividem na tarefa de ensinar conteúdos e lidar com as questões pessoais dos alunos, bem como de suas famílias.

4.4. Materiais

Foram utilizados os seguintes materiais:

- Roteiro de perguntas
- Celular para gravar as respostas

4.5. Instrumentos de Construção de Dados

Para colher dados, do ponto de vista prático, sobre a inclusão escolar de crianças com desequilíbrio emocional proveniente da violência doméstica, utilizou-se entrevistas semiestruturadas com professores da rede pública de ensino, sobre suas experiências em sala de aula, visando saber se são identificados casos de violência doméstica, como são detectados, como eles trabalham com esses casos, a quem recorrem como apoio e como são suas angústias em torno do assunto.

Os professores entrevistados trabalham na rede estadual de ensino, na escola onde trabalham não existe sala de recursos, eles são professores de apoio e acompanham o aluno na maior parte do tempo dentro da sala de aula, junto ao outro professor.

Em uma conversa inicial notou-se que aparentemente todos estavam trabalhando com inclusão escolar por vontade própria e demonstrava o quanto para eles significava atuar nesta área. Todos os entrevistados já haviam passado por cursos de capacitação e um estava fazendo o Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

Foi feito um roteiro de entrevista com cinco perguntas com o objetivo de conhecer como os professores têm lidado, no seu dia a dia na sala de aula e no ambiente escolar, no trato com crianças que apresentam desequilíbrio emocional proveniente da violência doméstica.

4.6 - Procedimentos de Construção de Dados

Inicialmente, a ideia foi fazer entrevistas em três escolas, uma da rede Municipal porque tem sala de recursos, outra na rede Estadual que atuam com professores de apoio da própria escola e em uma escola particular que conta, na maioria das vezes, com recursos humanos externos em se tratando de educação inclusiva. O tempo disponível foi curto, mas todas as escolas foram visitadas. A escola escolhida foi a da rede Estadual por questões de localização e, como já foi dito, pelo pouco tempo disponível para desenvolver esta pesquisa.

Em seguida, foi feita uma apresentação do trabalho e do tema de estudo, bem como sobre os objetivos que levaram ao desenvolvimento desta pesquisa. Procurei também entender

um pouco sobre a dinâmica da escola e dos professores, buscando assim uma melhor compreensão dos conteúdos da entrevista.

4.7. Procedimentos de Análise de Dados

Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada para coleta de dados. A entrevista não ficou muito rica em detalhes, pois tanto o tempo dos entrevistados quanto do entrevistador foi um agravante. As perguntas foram específicas focando o objetivo deste trabalho, e com isto, as respostas foram bem objetivas.

Nota-se que na teoria o processo de inclusão tem evoluído, mas que na prática ainda há muito a se fazer para que ele seja satisfatório. Há, no entanto, uma busca pela compreensão do fracasso escolar, criando alternativas pedagógicas para serem adaptadas de acordo com a necessidade que o aluno especial apresenta, mas não se pode deixar de considerar que o problema social também tem de ser analisado, pois ele vai além de alternativas pedagógicas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se observar através da análise dos dados coletados das entrevistas, que os professores têm dificuldades em lidar com intervenções pedagógicas e com alunos com desequilíbrio emocional, sempre que detectam um caso em sala de aula, buscam orientações da coordenadora que, por sua vez, procura a família para encaminhar o aluno para uma avaliação de um especialista.

Observou-se também que ainda há muita angústia por parte dos professores no trato pedagógico de alunos que apresentam desequilíbrio emocional. Utilizam o trabalho da equipe escolar educador e supervisor em parceria com os pais e o aluno na busca de soluções dos problemas apresentados.

Foi observado que os professores entrevistados priorizam a capacitação como instrumento necessário que pode facilitar o reconhecimento de casos de desequilíbrio emocional bem como acham necessário à atuação de um profissional da psicologia dentro da escola para orientar os professores e acompanhar os alunos e a família principalmente nos casos de desequilíbrio emocional provenientes da violência doméstica.

Os dados coletados indicam que a maioria dos professores recorre primeiramente à família, nos casos de desequilíbrio emocional, para buscarem ajuda externa. Notou-se, também, que os desequilíbrios emocionais mais comuns, percebidos na escola, são as negligências, pois isto ficou claro quando os professores falaram durante a entrevista da falta de compromisso de algumas famílias em participarem das reuniões na escola, na falta de comprometimento de algumas famílias em acompanharem as tarefas de dever de casa, na higienização, no compromisso com horários, na falta de preservação dos valores básicos em especial o respeito pelo outro.

A pesquisa também forneceu dados que levam a crer que os professores, com suas particularidades, conseguem detectar casos de violência doméstica no ambiente escolar, devido à mudança de comportamento, como uma agressividade e irritabilidade mais acentuadas, que chama a atenção do professor e este, com muita cautela, consegue aproximar mais do aluno supostamente vítima e ouvir dele o relato da agressão. Não foi relatado caso de denúncia aos órgãos especializados em receber estes casos.

Em se tratando dos recursos pedagógicos utilizados no trato pedagógico com crianças que apresentam transtornos emocionais, cada professor respondeu de uma forma bastante particular. Ficou claro que não se tem uma padronização acerca de métodos utilizados para

esses casos e que o método utilizado depende da forma como o problema é abordado e do conhecimento e da sensibilidade de cada professor.

Trechos das entrevistas feitas com os professores, trazem uma pequena noção de como é a realidade deles no trato com alunos com transtornos emocionais provenientes da violência doméstica, como este assunto é abordado no ambiente escolar e das angústias dos professores a lidarem com esta situação.

QUESTIONAMENTO 1	Como as políticas públicas, os cursos e os recursos disponíveis para aprendizagem na educação especial, têm ajudado no trato pedagógico de crianças que apresentam desequilíbrio emocional, que interferem no aprendizado dentro do ambiente escolar, e como contribuem para o processo de inclusão?
PROFESSORA I	“As políticas de inclusão têm contribuído muito pouco. Infelizmente as leis ainda estão só no papel. Quando o professor percebe um comportamento fora dos padrões de normalidade de um aluno, ele comunica a coordenadora, que se encarrega de chamar os pais para que eles mesmos encaminhem para uma avaliação clínica com um especialista, pois só assim depois de diagnosticado o problema ele posa traçar estratégias diferenciadas para este aluno”.
PROFESSORA II	“As políticas públicas devem potencializar a relação entre a educação Especial e Ensino Regular, com vistas a estruturar o acesso dos alunos da Educação Especial ao processo de inclusão no ensino regular, fazendo-se necessário uma avaliação comportamental que deve ser realizada por médico especialista, assim baseado nela o professor poderá oferecer um ambiente escolar que favoreça um aprendizado tranquilo.”
PROFESSORA III	“As políticas públicas ajudam através das investigações, das buscas pelo entendimento do fracasso na aprendizagem e os cursos e recursos auxilia o educador no processo de alfabetização/letramento de seu educando, compreendendo e buscando resultados de acordo com a desabilidade do mesmo. Propiciando um ambiente agradável e tranquilo, levando para dentro da sala de aula atividades lúdicas que facilitem a aprendizagem, trabalhando com planejamentos adaptados de acordo com a necessidade do aluno”.

QUESTIONAMENTO 2	Como os educadores têm sido acompanhados em suas angústias e no trato pedagógico com crianças com desequilíbrio emocional?
PROFESSORA I	“Infelizmente os educadores não estão sabendo muito que fazer, pois não foram capacitados para isto. Toda escola deveria ter um especialista em psicologia para acompanhar esses alunos dentro da própria escola.”
PROFESSORA II	“Com algum preparo e sensibilidade o professor estaria mais preparado do que os próprios pediatras, dispondo de maior oportunidade para detectar problemas cruciais na vida e no

	desenvolvimento do aluno. Dentro da sala de aula há situações psíquicas significativas, nas quais os professores podem atuar beneficentemente, se preparados e se tivessem tempo, para ajudar o aluno.”
PROFESSORA III	“Existe um trabalho em equipe, educador, supervisor, pais e alunos.”

QUESTIONAMENTO 3	Uma vez detectados indícios de desequilíbrio emocional a quem recorrer?
PROFESSORA I	“A família, para que possam buscar ajuda a um especialista”.
PROFESSORA II	“Recorrer a família, para que a mesma busque ajuda de um especialista”.
PROFESSORA III	“Os educadores muitas vezes são os primeiros a observar os sintomas iniciais do transtorno emocional da criança ou adolescente. Quando diagnosticado e tratado a tempo pode evitar importantes sequelas na vida adulta. É fundamental detectar o problema e avisar a família para que ela possa buscar ajuda de um especialista”.

QUESTIONAMENTO 4	Você já identificou algum caso de desequilíbrio emocional recorrente de violência doméstica em algum aluno? E como foi identificado?
PROFESSORA I	“Sim. Observando seu comportamento agressivo e ao aproximar e ganhar sua confiança, o aluno relatou com detalhes os maus tratos”.
PROFESSORA II	“Não”.
PROFESSORA III	“Sim. Através do comportamento, muda totalmente, a criança irrita facilmente, fica agressiva e inquieta”.

QUESTIONAMENTO 5	Quais os recursos no trato pedagógicos disponíveis para crianças com desequilíbrio emocional?
PROFESSORA I	“No momento não tenho aluno com transtornos emocionais, mas se tivesse minha postura seria de elevar sua autoestima e criar condições para que pudesse expressar verbalmente e proporcionar um ambiente tranquilo para desenvolvimento de sua aprendizagem”.
PROFESSORA II	“Não há alunos com esse diagnóstico”.
PROFESSORA III	“Priorizar a aprendizagem oral em determinadas situações, trabalhar conto de fadas, utilizar jogos pedagógico”.

Importante salientar que os professores entrevistados sempre colocam como um dos maiores desafios do processo de inclusão a falta de suporte técnico adequado e capacitação de professores como agravantes, que impedem que o trabalho de inclusão aconteça de forma satisfatória e, também, citam a necessidade de uma maior integração da escola-família.

As escolas públicas, mesmo com a precariedade de recursos que apresentam, ainda assim possuem um atendimento voltado para o processo de inclusão. Algumas com mais recursos com salas montadas com materiais pedagógicos direcionados para atender algumas necessidades especiais, outras contam com professores de apoio dentro da sala de ensino regular acompanhando alunos com necessidades especiais, outras apenas com os recursos próprios e muita criatividade. As escolas particulares, na sua maioria, contam mais com o apoio externo, ficando a cargo da família do aluno gerar os recursos necessários para que o filho tenha condições de ser incluído em uma classe de ensino regular.

Essa falta de padronização em torno do assunto inclusão, desfavorece muito a viabilidade desse processo ocorrer de forma satisfatória, pois o objetivo é o mesmo para todos, mas quando se trata de recursos, cada um usa o seu de acordo com o que está a sua disposição.

As crianças que apresentam desequilíbrio emocional dentro do ambiente escolar, também demandam um processo de inclusão e é um grande desafio para os educadores que além de ter que lidar com as questões pedagógicas, também tem que ficar atentos a fragilidade emocional de determinados alunos, lutando com os poucos recursos que a escola disponibiliza para lidar com este problema, que demanda mais recursos humanos do que materiais.

O ideal é que o professor tenha em sala de aula um número menor de alunos, pois assim teria tempo suficiente para poder observar alguns possíveis casos de desequilíbrio emocional e detectar se são provenientes de violência doméstica. Uma equipe profissional à disposição da escola como apoio aos professores e gestores é imprescindível para ajudar na condução de alguns casos e para um processo de inclusão satisfatório.

Infelizmente, isso ainda está muito longe da nossa realidade e é preciso aprofundar em pesquisas, buscar recursos e fazer as mudanças necessárias para que a inclusão atinja todos os patamares das diferenças.

Como não há um suporte técnico adequado para lidar com essas situações, a maioria das escolas contam apenas com o apoio da família. A escola entra em contato com os pais ou responsáveis do aluno, informando que alguns comportamentos apresentados por ele estão interferindo no aprendizado ou que estão inapropriados para o convívio no ambiente escolar.

Em se tratando de violência doméstica nem sempre se tem sucesso com a participação da família, pois uma vez que esta violência, em sua maioria, é praticada por pessoas próximas a criança, parentes ou pelos próprios pais, o motivo real que pode estar sendo motivador do comportamento inadequado do filho na escola é camuflado.

Quando a toda a família é vítima dessa violência, há um comprometimento de seus membros com tendência a não denunciar o agressor, por medo de represálias. E, se o que está em jogo é o sustento da família, isto é, se é o agressor quem detém o poder financeiro, ele pode ser poupado em função dessa situação, ficando a família a mercê da violência sem chances de reação.

A criança na maioria das vezes não consegue elaborar situações vividas e expressar de forma clara seus sentimentos, mas ao mesmo tempo não consegue deixar de demonstrar que algo não está bem, assim usa de comportamentos inadequados como forma de liberação da tensão interna. Por sua vez, esses comportamentos causam grande desconforto nos relacionamentos sociais e no ambiente escolar, então a criança passa a ser isolada pelos amigos e às vezes rotulada como a criança difícil de lidar, passando assim por outro tipo de violência e agredida mais uma vez e, conseqüentemente, é excluída.

Fica então uma pergunta: A escola está preparada para lidar com crianças que apresentam desequilíbrio emocional cuja a causa é a violência doméstica?

Acredito que não está preparada, faltam profissionais das áreas de psicologia e assistência social articulando junto à educação orientando os professores quanto as questões sociais e das desordens emocionais que aparecem no ambiente escolar. Esses profissionais também poderiam fazer um trabalho de orientação e suporte para pais e alunos.

Buscar informações da prática dos professores deixou claro que muito ainda há de se fazer pelo processo de inclusão escolar. Há muitas dúvidas em torno do assunto e sobre os diferentes tipos de deficiência que, por sua vez, demandam intervenções diferenciadas. Existe uma prática da inclusão, mas realmente faltam muitos recursos materiais e principalmente humanos, para que esse processo seja satisfatório de forma a abranger os diferentes tipos de necessidades especiais.

Não foi apenas na escola que a negligência aparece como a forma mais comum de violência contra criança. Nas observações feitas no trabalho no CRAS, nota-se as conseqüências da negligência na vida das crianças, pela falta de compromisso e de higiene, alguns professores vão para o serviço sem café da manhã, não tem muitas regras de convivência e nem respeito pelos colegas e há pouca segregação de valores. Alguns ficam o

dia todo sozinhos criam suas próprias leis e valores, não possuem uma referência. Fica então a cargo do psicólogo identificar este tipo de violência, montar uma estratégia para intervenções dentro do serviço de convivência bem como trabalhar estas fragilidades de vínculos junto com a família.

No CRAS também temos um grande desafio, assim como na escola, que é o de conseguir uma maior participação da família. Porém, são feitas buscas ativas, isto é, vão até a residência dessas famílias, procuramos entender um pouco mais sobre a dinâmica familiar. Os Cras contam também com ações dos fóruns de saúde mental e dos matriciamentos junto a saúde e a educação, que são importantes no sentido de criar alternativas para soluções de problemas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência doméstica é um mal que faz a cada dia mais vítimas e, apesar de atingir milhares de pessoas, as denúncias ainda são muito poucas em relação à sua incidência. Detectar casos de violência doméstica ainda é um desafio.

A criança exposta à violência doméstica direta ou indiretamente pode desenvolver algumas desordens emocionais, sente-se insegura no seu próprio ambiente familiar e quando busca na escola a proteção que não tem em casa, encontra uma escola despreparada para recebê-la e, conseqüentemente, não a compreende.

Apesar de ações individualizadas dos educadores muito ainda há de ser feito para que a escola esteja preparada para receber alunos com seus vários tipos de necessidades especiais. Ela deve estar sempre pronta a se atualizar diante das mudanças sociais acompanhando a evolução do mundo e de seus problemas.

Uma maior articulação da educação com as áreas social e da saúde, bem como mais campanhas de prevenção alertando as famílias sobre as conseqüências da violência doméstica e da necessidade da notificação destas violências aos órgãos competentes, poderiam amenizar os problemas referentes à violência doméstica, não resolvê-los, visto que é também um problema ligado à situação socioeconômica.

A elaboração de um plano de ação junto às autoridades competentes com a participação das áreas da educação, saúde, social e da família, fundamentado na teoria que o indivíduo é um ser biopsicossocial se faz necessária para o enfrentamento desta problemática.

Fica claro também que a escola para algumas crianças ainda representa o primeiro vínculo social fora da família e que o seu papel além de ser o educar, no processo de alfabetização e letramento, ainda pode ser o de proteção e segurança tão necessários para o desenvolvimento saudável do indivíduo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostical and Satatistical Manual of Mental Disorders*. Fourth Edition, Washington, DC, American Psychiatric Association, 1994. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Trad. Cláudia Dornelles. 4^a ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000144&pid=S0101-8108200300040000600004&lng=pt>. Acesso em: 28 ago. 2015.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N.A. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Robe, 1995. Disponível em: <www.unicef.org/brazil/pt/cap_01.pdf>. Acesso em: 7 set 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.069. de 13 de julho de 1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 1 out. 2015.

_____. Ministério da Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde: um passo a mais na cidadania em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

FERNANDES, Christiane D'Angelo; SOUZA, Maria Fernanda. **Na escola: como lidar com comportamentos agressivos?** Portal Prómenino. Publicado em: 2008. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/TabId/77/ConteudoId/496e4d57-99b3-4f54-8b17-9f9ce14a2b3e/Default.aspx>>. Acesso em: 3 out. 2015.

MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silvane. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. 280p.

MENEGAZZO, Andre Frandoloso. **Depoimento sem dano**. O olhar interdisciplinar na compreensão do delito e o respeito à dignidade da pessoa humana na inquirição de crianças vitimas de abuso sexual. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n 2854, 25 abr.2011. Disponível em: < <http://jus.com.br/revista/texto/18930>>. Acesso em: 13 set. 2015.

APÊNDICE

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

1- Como as políticas, os cursos e os recursos disponíveis para aprendizagem na educação especial tem ajudado no trato pedagógico de crianças que apresentam transtornos emocionais que interferem no aprendizado dentro do ambiente escolar e como contribuem para o processo da inclusão?

2 - Como os educadores têm sido acompanhados em suas angústias e no trato pedagógico com crianças com transtornos emocionais?

3 – Uma vez detectados esses transtornos emocionais a quem recorrer?

4 – Já identificou algum caso de desequilíbrio emocional recorrente de violência doméstica em algum aluno? Se sim, como isso ocorreu?

5 – Que tipos de recursos vocês professores utilizam no trato pedagógico com crianças com transtornos emocionais?



Universidade de Brasília- UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UABPolo:

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) _____ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^{ra} Dr^a Diva Albuquerque Maciel**



Universidade de Brasília- UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento - PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____ . Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____.
(*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*).

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como entrevista e observações (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone () ou no endereço eletrônico (). Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor
Nome do Professor:

E-mail(opcional):
